



Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

**CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR
(COMUM A TODOS)**

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos com foco na identificação do sentido global do texto; identificação de tópicos e relações (estrutura argumentativa); síntese, adaptação e reestruturação do texto para novos fins retóricos e ainda: a) significação das palavras no texto; b) denotação e conotação; c) coerência e coesão textuais; d) uso dos tempos verbais; e) ambiguidade (sintática e semântica); f) ideias implícitas e explícitas; g) coesão referencial; h) coesão sequencial.	1
2. Mecanismos de articulação do período composto. 3. Mecanismos de articulação dos parágrafos. 4. Coordenação e subordinação sintática.	21
5. Regência verbal e nominal.	27
6. Concordância verbal e nominal.	31
7. Paralelismo sintático.	34
8. Sinônimos e antônimos.	35
9. Classes de palavra.	35
10. Pontuação.	52
11. Uso da crase.	54
12. Acentuação.	56
13. Convenções ortográficas.	58

Legislação

1. Constituição da república federativa do Brasil de 1988 a) Da Administração pública: arts. 37 e 38 b) Dos servidores Públicos: arts. 39 a 41.	1
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.....	9
3. Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005. Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação.....	32
4. Decreto nº 1.171 de 22 de junho de 1994. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.	37
5. Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.....	43
6. Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n o 8.112, de 11 de dezembro de 1990	51
7. Decreto 5.824 de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005	54
8. Decreto 5.825 de 29 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei n o 11.091, de 12 de janeiro de 2005	62
9. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.....	66